

Relatório Anual - 2012





- 03 Mensagem da Diretoria
- 04 Investimentos
- 08 Política de Investimentos 2013
- 10 Demonstrações Contábeis
 - Balanço Patrimonial
 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
 - Demonstrac o do Ativo Líquido
 - Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido
 - Demonstrac o das Obrigações Atuariais do Plano
 - Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 14 Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis
- 26 Parecer Atuarial
- 30 Pareceres
 - Relatório dos Auditores Independentes
 - Conselhos Deliberativo e Fiscal

Relatório Anual 2012

Publica o anual da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, destinada a todos os participantes do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171 Caixa Postal 10, CEP: 13840-970
Mogi Guaçu-SP, Brasil

Projeto Gráfico e Diagrama o:
Leadmart Comunica o e Marketing Ltda.

Coordena o:
Silvana Brunheroto
Claudinei Oliveira
Rita Lucas
Allan Duarte

Fotos:
Thinkstockphotos

Impressão:
Gráfica Marreco

Tiragem:
2.000 exemplares

Impresso em papel Chambрил 120 g/m2. Os papéis da International Paper são produzidos a partir de florestas 100% plantadas e renováveis.

Distribui o Gratuita



Caro Participante,

A Previp tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual do exercício de 2012. As informações apresentadas demonstram a transparência e o compromisso que sempre pautam a relação entre a entidade e os participantes.

Em 2012, tivemos várias conquistas e evoluções, dentre elas, podemos destacar a aprovação do Programa Poupar & Viver pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar – pela segunda vez.

Este programa que terá sequência em 2013, tem como principal objetivo levar aos participantes conhecimento e atualizações que visam contribuir para que as novas gerações se formem dentro de uma cultura previdenciária. Por isso, cada vez mais, a Previp tem incentivado a percepção do planejamento financeiro de longo prazo como uma ferramenta recompensadora, e que os bons investimentos estão disponíveis até mesmo para os poupadores iniciantes. É fundamental que todos tenham a consciência de que o planejamento para o futuro e a poupança de longo prazo são indispensáveis para uma aposentadoria tranquila.

Além disso, tivemos também a implantação dos perfis de investimentos para todos os participantes do plano. Esta implantação, além de proporcionar alinhamento com as melhores práticas de mercado, também trouxe aos participantes maior autonomia e flexibilidade para decidir onde investir seu patrimônio de acordo com expectativas e objetivos individuais.

Agradecemos a confiança de todos na administração do Plano Previp e reforçamos nosso compromisso em atuar com responsabilidade e garantir as melhores práticas de gestão de nossa Entidade.

Um abraço,

Edgard Rodrigues

Diretor Superintendente da Previp - Sociedade de Previdência Complementar

Cenário Econômico

O ano de 2012 foi marcado por uma série de acontecimentos que confirmaram as expectativas de dificuldades para a economia mundial.

Na Europa, as taxas para rolagem da dívida pública espanhola atingiram seu pico em maio, mas a autoridade monetária agiu rapidamente para preservar o euro como moeda única. Outro fato importante foi a criação de um organismo único de supervisão bancária.

A Europa continuará sendo uma região com baixo crescimento e alta volatilidade em 2013, mas o risco de uma ruptura será menor que 2012, graças ao apoio dos governos e as políticas adotadas pelo Banco Central Europeu.

Nos Estados Unidos, o crescimento econômico parece voltar aos poucos, refletindo principalmente a recuperação do setor imobiliário e a determinação do Banco Central Americano em reduzir a taxa de desemprego, além do bom desempenho da bolsa americana. Com isso, a economia americana pode exibir um bom desempenho em termos de crescimento.

Por fim, a China, conhecida como a propulsora da economia mundial, indica que seu governo seguirá desacelerando suavemente a economia aos níveis de 7 a 8%, patamares inferiores aos últimos anos, mas ainda assim, suficientes para contribuir positivamente com o PIB mundial.

O Brasil iniciou o ano de 2012 com bastante otimismo, com a expectativa de crescimento do PIB variando entre 3 e 4%. Ao fim do ano, constatou-se um crescimento de 0,9%, o que gerou frustração em um ambiente de elevados estímulos econômicos, levantando suspeitas a respeito da capacidade de crescimento do país nos próximos anos. Diante da menor taxa de juro real e do menor índice de desemprego das últimas duas décadas, era esperado um crescimento maior, mas o aperto prévio da política econômica em 2011, a crise global e as incertezas de curto prazo vindas das alterações na política econômica, são fatores que explicam o baixo crescimento. Para 2013, a expectativa é que o país apresente um crescimento econômico por volta de 3%, devido à menor incerteza gerada pela crise global e a reação da economia doméstica em função dos incentivos colocados em prática desde 2011, levando-se em consideração que a inflação continua sendo o principal fator de preocupação da autoridade monetária.

Esperamos novamente em 2013 um ano de volatilidade no mercado financeiro, refletido neste início de ano pela sinalização da mudança de posição do Banco Central quanto à manutenção da taxa de juros, mostrando que esta medida não é considerada como a mais adequada para o controle da inflação. A desconfiança dos investidores quanto ao efeito das intervenções do governo, em vários setores da indústria, também devem contribuir para a volatilidade. Portanto será um ano desafiador em termos de estratégias de investimentos a fim de atingirmos nosso objetivo, que é buscar boas opções para atender as necessidades do plano, priorizando o equilíbrio entre rentabilidade, risco e liquidez, considerando os compromissos de longo prazo.

Queda de Taxa de Juros - Nova Realidade no Brasil

Com a nova realidade das taxas de juros no Brasil, passamos a viver uma nova realidade no cenário econômico. Ela está relacionada a fatores positivos: sugere a estabilidade econômica, estimula o consumo e ainda impacta os investimentos, nem sempre positivamente do ponto de vista do investidor. A poupança, por exemplo, passou a ter um rendimento menor.

O mesmo vale para as aplicações atreladas a SELIC, que pertencem à renda fixa, consideradas de baixo risco, que também terão retornos menores. A renda variável possui riscos e rendimentos incertos suscetíveis a crises macroeconômicas, que podem impactar tanto temporariamente como definitivamente, principalmente quando não há tempo para recuperação dos possíveis prejuízos, condições que nem todos estão dispostos a enfrentar.

Diante deste cenário, passamos a ter que analisar melhor nossos objetivos, perspectivas financeiras, tolerância ao risco e a questão do tempo. Não poderemos mais contar somente com a rentabilidade, teremos que aumentar nossos aportes mensais para reforçar o patrimônio que está sendo constituído garantindo um futuro tranquilo.

Esta não é uma tarefa fácil, mas se omitir também não é a atitude para o momento. Todos nós teremos que nos posicionar diante desta nova realidade.

Rentabilidades

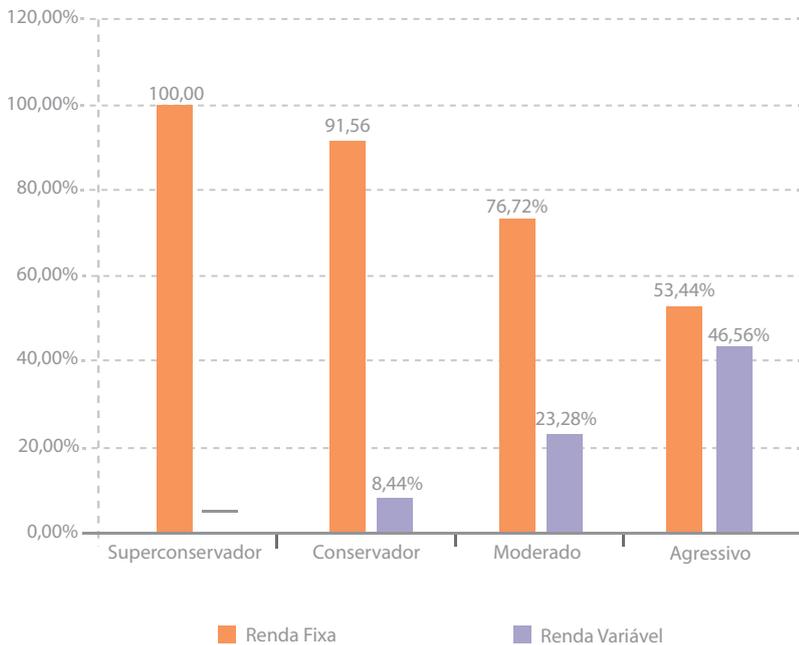
Em 2012 a Previp implantou os Perfis de Investimento, cujo objetivo é proporcionar mais flexibilidade e autonomia para que os participantes planejem seu futuro de acordo com suas expectativas financeiras de longo prazo.

Em termos de resultado, os participantes que tiveram mais tolerância às oscilações do mercado financeiro e maior exposição aos riscos, obtiveram melhores retornos.

Os bons números nas modalidades *Conservadora*, *Moderada* e principalmente na *Agressiva*, decorreram da valorização da bolsa de valores e pela excelente performance da renda fixa, principalmente em função dos títulos de longo prazo indexados a inflação (NTN-Bs) e os títulos pré-fixados. A modalidade *Superconservadora* também apresentou um bom desempenho, levando-se em conta o nível de risco do perfil.



Alocação por Perfil de Investimento



Política de Investimentos		
Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00	-
Conservador	90,00 a 94,00	6,00 a 10,00
Moderado	75,00 a 85,00	15,00 a 25,00
Agressivo	50,00 a 70,00	30,00 a 50,00

Alocação dos Ativos

Carteira Ativa				
Segmento	Dezembro/2012		Dezembro/2011	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	102.022.462,71	83,57%	77.668.012,90	81,54%
Renda Variável	11.205.717,18	9,18%	10.044.022,81	10,54%
Empréstimos	8.847.143,89	7,25%	7.544.677,96	7,92%
Total	122.075.323,78	100,00%	95.256.713,67	100,00%

Carteira Imunizada				
Segmento	Dezembro/2012		Dezembro/2011	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	72.894.146,39	100,00%	67.391.398,62	100,00%

Total Geral	194.969.470,17	162.648.112,29
--------------------	-----------------------	-----------------------

Alocação por Gestor

Carteira Ativa		
Gestores	(R\$)	(%)
Bradesco	68.199.176,50	55,87%
Western	45.029.003,39	36,89%
Gestão Própria	8.847.143,89	7,25%
Total	122.075.323,78	100,00%

Carteira Imunizada		
Gestor	(R\$)	(%)
Bradesco	72.894.146,39	100,00%



Participação em Ativos

Fundos de Investimento		
Renda Fixa	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001 -00	5.557.925,41
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001 -28	6.100.469,81
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001 -44	59.459.175,05
WESTERN Asset Multitrading Inst FIC FI	07.891.470/0001 -31	609.401,65
WESTERN Asset Prev Str Cred Firt Cred Priv	12.029.811/0001 -02	1.385.548,57
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001 -48	908.944,09
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001 -30	3.762.950,19
WESTERN Asset Prev Credit Firt Cred Priv	09.087.708/0001 -04	1.680.696,04
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001 -11	2.037.089,87
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa	07.894.727/0001 -09	14.607.163,44
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001 -30	13.059.786,22
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001 -49	2.183.346,26
Total		111.352.496,60
Renda Variável	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado
BRADESCO FIA Institucional IBRX Ativo	09.564.065/0001 -34	6.411.640,12
WESTERN – Legg Mason Prev Ibrx Ativo Acoes FI	05.092.264/0001 -36	4.794.077,06
Total		11.205.717,18
Total Fundos de Investimentos		122.558.213,78
Total Títulos Públicos		63.564.112,50
Total Geral		186.122.326,28

Auditoria de Gestão

Empresa	CNPJ	Responsáveis
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Carlos Omar Abdo / Luciana Liberal Sâmia

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome	Telefone	E-mail
Leandro da Silva Leme	(11) 3797 5705	leandro.leme@ipaper.com

Custos com a Administração do Plano

Investimentos	Previdencial	Despesas Gerais	Depreciação	Total
435.493,58	637.352,20	64.998,28	10.699,92	1.148.543,98

Faixa de Alocação entre os Segmentos de Aplicação

Segmentos de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Mín (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Mín (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Mín (%)	Lim. Máx (%)	Lim. Mín (%)	Lim. Máx (%)
Renda Fixa	100	100	75	94	75	85	50	70
Renda Variável	-	-	6	10	15	25	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Objetivos e Diretrizes da Gestão

Carteira Imunizada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, está alocada em uma carteira dedicada a gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados. Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia.

Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel. Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,5% a.a.). A PreVIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.

Carteira Ativa

As metas estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os benchmarks de cada segmento no curto prazo. Para **Renda Fixa** o limite de risco definido foi o VaR de 1% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis e com um nível de confiança de 95%, sendo que o benchmark definido para o *Perfil Superconservador* será o **CDI**, enquanto para os *Perfis Conservador, Moderado e Agressivo* foi definido o **IMA** (índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão.

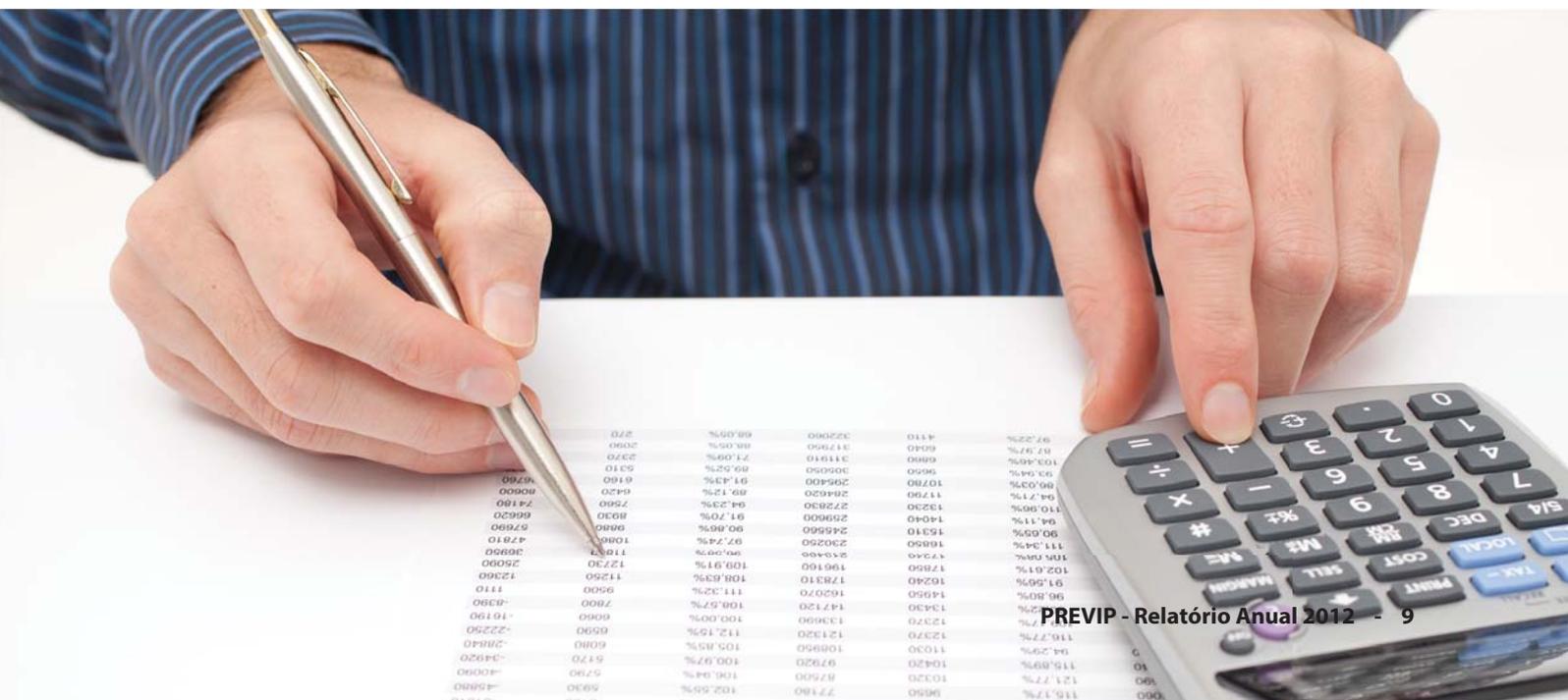
Na **Renda Variável** que compõe os *Perfis Conservador, Moderado e Agressivo* o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**. Para os **Empréstimos** que compõe o *Perfil Conservador*, o benchmark é o **CDI**.

Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa ("research");
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, e as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas ("compliance");
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos ("track record");
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos ("rating");
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.



Demonstrações Contábeis



Balanco Patrimonial (R\$ mil)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data.

	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL	30	1.298	EXIGÍVEL OPERACIONAL	177	133
			Gestão Previdencial	5	5
REALIZÁVEL	194.994	162.659	Gestão Administrativa	147	123
Gestão Previdencial	11	8	Investimentos	25	5
Gestão Administrativa	13	3	PATRIMÔNIO SOCIAL	194.866	163.854
Investimentos	194.970	162.648	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	194.399	163.574
Títulos Públicos	63.565	58.612	Provisões Matemáticas	182.812	150.766
Fundos de Investimento	122.558	96.491	Benefícios Concedidos	53.517	47.023
Empréstimos	8.847	7.545	Benefícios a Conceder	129.295	103.743
PERMANENTE	19	30	Equilíbrio Técnico	11.587	12.808
Imobilizado	8	13	Resultados Realizados	11.587	12.808
Intangível	11	17	Superávit Técnico Acumulado	11.587	12.808
			FUNDOS	467	280
TOTAL DO ATIVO	195.043	163.987	Fundos Previdenciais	397	175
			Fundos Administrativos	70	105
			TOTAL DO PASSIVO	195.043	163.987

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ mil)

Apresenta as mudanas ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

DESCRIO	2012	2011	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	163.854	143.634	14,08%
1. Adioes	39.250	28.499	37,72%
(+) Contribuioes Previdenciais	11.669	10.515	10,97%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	26.467	17.117	54,62%
(+) Receitas Administrativas	1.099	858	28,09%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	15	9	66,67%
2. Destinaoes	(8.238)	(8.279)	(0,50%)
(-) Benefícios	(7.089)	(7.356)	(3,63%)
(-) Despesas Administrativas	(1.149)	(923)	24,49%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	31.012	20.220	53,37%
(+/-) Provisões Matemáticas	32.046	19.853	61,42%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.221)	558	(318,82%)
(+/-) Fundos Previdenciais	222	(135)	(264,44%)
(+/-) Fundos Administrativos	(35)	(56)	(37,50%)
4. Operaoes Transitórias	-	-	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A + 3 + 4)	194.866	163.854	18,93%

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ mil)
Apresenta a parcela do ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação (%)
1. Ativos	194.895	163.864	18,94%
Disponível	27	1.295	(97,92%)
Recebível	81	113	(28,32%)
Investimento	194.787	162.456	19,90%
Títulos Públicos	63.564	58.612	8,45%
Fundos de Investimento	122.376	96.299	27,08%
Empréstimos	8.847	7.545	17,26%
2. Obrigações	29	10	190,00%
Operacional	29	10	190,00%
3. Fundos não Previdenciais	70	105	(33,33%)
Fundos Administrativos	70	105	(33,33%)
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	194.796	163.749	18,96%
Provisões Matemáticas	182.812	150.766	21,26%
Superávit/Déficit Técnico	11.587	12.808	(9,53%)
Fundos Previdenciais	397	175	126,86%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (R\$ mil)
Apresenta as mudanas ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	163.749	143.473	14,13%
1. Adioes	38.855	28.269	37,45%
(+) Contribuioes	12.388	11.152	11,08%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	26.467	17.117	54,62%
2. Destinaoes	(7.808)	(7.993)	(2,31%)
(-) Benefícios	(7.089)	(7.356)	(3,63%)
(-) Custeio Administrativo	(719)	(637)	12,87%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	31.047	20.276	53,12%
(+/-) Provisões Matemáticas	32.046	19.853	61,42%
(+/-) Fundos Previdenciais	222	(135)	(264,44%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.221)	558	(318,82%)
4. Operaoes Transitórias	-	-	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	194.796	163.749	18,96%
C) Fundos não Previdenciais	70	105	(33,33%)
(+/-) Fundos Administrativos	70	105	(33,33%)

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano (R\$ mil)
 Apresenta as alterações do patrimônio de cobertura do Plano.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	194.399	163.574	18,84%
1. Provisões Matemáticas	182.812	150.766	21,26%
1.1. Benefícios Concedidos	53.517	47.023	13,81%
Contribuição Definida	6.017	5.486	9,68%
Benefício Definido	47.500	41.537	14,36%
1.2. Benefício a Conceder	129.295	103.743	24,63%
Contribuição Definida	115.495	90.703	27,33%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	63.502	40.877	55,35%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	51.993	49.826	4,35%
Benefício Definido	13.800	13.040	5,83%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	11.587	12.808	(9,53%)
2.1. Resultados Realizados	11.587	12.808	(9,53%)
Superávit Técnico Acumulado	11.587	12.808	(9,53%)
Reserva de Contingência	11.587	12.808	(9,53%)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil)
 Registra as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade.

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	105	161	(34,78%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.114	867	28,49%
1.1. Receitas	1.114	867	28,49%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	719	637	12,87%
Custeio Administrativo dos Investimentos	380	221	71,95%
Resultado Positivo dos Investimentos	15	9	66,67%
2. Despesas Administrativas	1.149	923	24,49%
2.1. Administração Previdencial	694	592	17,23%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	7	(100,00%)
Serviços de Terceiros	603	522	15,52%
Despesas Gerais	46	47	(2,13%)
Depreciações e Amortizações	11	16	(31,25%)
Outras Despesas	34	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	455	331	37,46%
Serviços de Terceiros	418	282	48,23%
Despesas Gerais	19	9	111,11%
Outras Despesas	18	40	(55,00%)
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(35)	(56)	(37,50%)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(35)	(56)	(37,50%)
6. Operações Transitórias	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	70	105	(33,33%)

Notas Explicativas



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social – MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a

seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- International Paper do Brasil Ltda.
- International Paper Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda.
- International Paper Agroflorestal Ltda.
- International Paper Exportadora Ltda.

A PrevIP possui apenas um plano de benefícios na modalidade contribuição variável denominado Plano PrevIP. A PrevIP possuía em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidade	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos	2.726	2.659
Assistidos	114	107
Autoatrocinados	26	19
BPD (aguardando benefício)	89	81
Total	2.955	2.866

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da PrevIP foram concluídas em 21 de março de 2013 e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados (Benefício Proporcional Diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela PreVIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da PreVIP são debitadas em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também poderá constituir fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PreVIP, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Realizável

■ **Gestão Previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativo às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial, quando houver.

■ **Gestão Administrativa**

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa, quando houver.

■ **Fluxo dos Investimentos**

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

- Títulos Públicos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução do CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- ✓ Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício (DMPS e DMAL).
- ✓ Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos na DMPS e DMAL.

- Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras, divulgadas pelo administrador.

- Empréstimos a Participantes

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões por meio de instrumento particular, e atualizados com base na taxa de remuneração contratada.

g) Permanente

■ **Imobilizado**

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota Anual
Computadores e Periféricos – “Hardware”	20%

■ **Intangível**

Os gastos relacionados à licença de uso de softwares estão registrados pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 5 anos.

Descrição	Alíquota Anual
Sistema de Administração – “Software”	20%

h) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

4.DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2012	2011
Banco Bradesco S.A.	18	21
Banco Santander S.A.	7	1.277
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	5	-
Total	30	1.298

5.REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

a) Contribuições do mês

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

	2012	2011
Autopatrocinados	11	8



6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a) Contribuições para custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos patrocinadores, autopatrocinados e participantes em BPD, previstas na avaliação atuarial.

	2012	2011
Autopatrocinados	1	1

b) Outros Realizáveis

Refere-se à utilização de recursos da Gestão Administrativa relativos à contribuição associativa da ABRAPP apropriado pelo regime de competência e Crédito da Receita Federal do Brasil.

	2012	2011
ABRAPP	2	2
Créditos da Receita Federal	10	-
Total	12	2

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

■ Composição da Carteira

	2012	2011
Investimentos	194.970	162.648
Títulos Públicos	63.565	58.612
Notas do Tesouro Nacional	63.532	58.582
Letras Financeiras do Tesouro	33	30
Fundos de Investimento	122.558	96.491
Referenciado	2.183	8.779
Renda Fixa	101.616	45.465
Ações	11.206	10.044
Multimercado	7.553	32.203
Empréstimos e Financiamentos ⁽¹⁾	8.847	7.545
Empréstimos	8.847	7.545

(1) A PreviP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos para constituição desta provisão.

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados pelo Banco Bradesco S.A., Western Asset Management Company DTVM Ltda. e HSBC Gestão de Recursos Ltda (até Julho/2012).

■ Composição por Prazo de Vencimento – Títulos para Negociação

Descrição	Vencimento	2012		2011	
		Custo Atualizado	Valor de Mercado/Contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado/Contábil
Títulos Públicos Federais		13.639	15.710	12.897	13.294
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2014	4.406	4.746	4.157	4.284
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	9.200	10.931	8.710	8.980
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2015	33	33	30	30
Fundos de Investimento		122.558	122.558	96.491	96.491
Referenciado		2.183	2.183	8.779	8.779
Bradesco - RUBI FIF	Sem Vencto.	-	-	8.779	8.779
Western - Sovereign IV Selic REF FI	Sem Vencto.	2.183	2.183	-	-
Renda Fixa		101.616	101.616	45.465	45.465
Bradesco – FI Renda Fixa IMA Geral	Sem Vencto.	59.460	59.460	45.465	45.465
Bradesco – FI Renda Fixa TARGET	Sem Vencto.	6.100	6.100	-	-
Western – WA Prev Inflação Implícita FI RF	Sem Vencto.	909	909	-	-
Western – Asset Prev Fix Target RF FI	Sem Vencto.	3.763	3.763	-	-
Western – Asset Prev Credit Firt Cred Priv	Sem Vencto.	1.681	1.681	-	-
Western – WA Prev Invest RF Cred Priv FI	Sem Vencto.	2.036	2.036	-	-
Western – Asset Prev Fix FI Renda Fixa	Sem Vencto.	14.607	14.607	-	-
Western – Asset Prev Inflation Total RF FI	Sem Vencto.	13.060	13.060	-	-
Ações		11.206	11.206	10.044	10.044
Bradesco – F.J.A. Institucional IBX Ativo	Sem Vencto.	6.412	6.412	10.044	10.044
Western – Legg Mason Prev Ibrx Ativo Ações FI	Sem Vencto.	4.794	4.794	-	-
Multimercado		7.553	7.553	32.203	32.203
Bradesco – FI Multimercado Plus	Sem Vencto.	5.558	5.558	-	-
HSBC – FI Multi Composite	Sem Vencto.	-	-	32.203	32.203
Western – Asset Prev Str Cr Firt Cred Priv	Sem Vencto.	1.386	1.386	-	-
Western – Asset Multitrading Inst Fic FI	Sem Vencto.	609	609	-	-

Os títulos de renda fixa são avaliados a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. A principal fonte de precificação é a ANDIMA.

■ Composição por Prazo de Vencimento – Títulos Mantidos até o Vencimento

Descrição	Vencimento	2012		2011	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado/Contábil
Títulos Públicos Federais		62.131	47.855	47.493	45.318
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2030	26.449	20.965	20.752	19.854
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2040	25.618	19.456	19.386	18.425
Notas do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	15/08/2050	10.064	7.434	7.355	7.039

(1) Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras da PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar, sem o comprometimento da liquidez do plano. O ajuste desses títulos na curva propicia, além de uma previsão de rentabilidade mais adequada, uma redução considerável da volatilidade da carteira perante a meta atuarial estabelecida pela entidade. A alocação desses títulos mantidos até o vencimento foi baseada em estudo do ALM (Asset Liability Management) da entidade.

Os investimentos em Títulos Públicos Federais com vencimento a partir de 2030 foram classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

8. PERMANENTE

O permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e está classificado em Imobilizado e Intangível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o permanente possui a seguinte composição:

	2012	2011
Permanente	19	30
Imobilizado	8	13
Operacional Corpóreo	8	13
Equipamentos de Informática	8	13
Custo	25	25
(-) Depreciação	(17)	(12)
Intangível	11	17
Gastos com Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	11	17
Custo	28	28
(-) Amortização	(17)	(11)

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

■ Gestão Previdencial

	2012	2011
Benefícios a Pagar	3	3
Resgates	3	3
Outras Exigibilidades ⁽¹⁾	2	2
Contribuição recebida a maior	2	2
Total	5	5

(1) Outras Exigibilidades - Refere-se a contribuições recebidas a maior de autopatrocinado.

■ Gestão Administrativa

	2012	2011
Prestadores de Serviços	141	118
Gestores de Investimentos	28	23
Consultorias e Auditorias	113	95
Retenções a Recolher	6	5
PIS e COFINS	5	5
PIS, COFINS E CSLL	1	-
Total	147	123

■ Investimentos

	2012	2011
Empréstimos	25	5
Concessões a pagar	25	5

10. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade, e não prevê remuneração à estes membros.

11. CONTIGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existem contingências ativas e passivas demonstradas no balanço da PreVIP.

12. ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são alocadas exclusiva e diretamente na gestão que originaram sem nenhuma forma de rateio.

13. PROVISÕES MATEMÁTICAS

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2012 pode ser resumida como segue:

	01/01/12	Constituição/ Reversão	31/12/12
Benefícios Concedidos	47.023	3.085	53.517
Contribuição Definida	5.486	531	6.017
Saldo de Contas dos Assistidos	5.486	531	6.017
Benef. Definido Estruturado em Regime de Capitalização	41.537	5.963	47.500
Valor Atual dos Benef. Futuros Progr. (Assistidos)	40.029	5.202	45.231
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Progr. (Assistidos)	1.508	761	2.269
Benefícios a Conceder	103.743	25.552	129.295
Contribuição Definida	90.703	24.792	115.495
Saldo de Contas - Parcela Patroc./Instituidores	40.877	22.625	63.502
Saldo de Contas - Parcela Participantes	49.826	2.167	51.993
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Cap. Progr	13.040	760	13.800
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	13.040	760	13.800
Provisões Matemáticas	150.766	32.046	182.812

14. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2012 e 2011 está apresentado a seguir:

	2012	2011
Resultados Realizados	11.587	12.808
Superávit Técnico Acumulado	11.587	12.808
Reserva de Contingência	11.587	12.808
Equilíbrio Técnico	11.587	12.808

15. FUNDOS

■ Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é calculado atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está apresentada a seguir:

	2012	2011
Fundos Previdenciais	397	175
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	397	175

O Fundo Previdencial é composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no plano, podendo ser utilizado, pelas patrocinadoras para financiar as contribuições devidas no exercício de 2013, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

■ Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos. O montante deste Fundo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 70 mil (2011 – R\$ 105 mil).

16. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

	2012	2011
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.	6,0% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário ^{(1) e (2)}	1,5% a.a.	1,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário de Benefício do INSS	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano ⁽¹⁾	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo (salários) ⁽²⁾	0,98	0,98
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo (benefícios)	0,98	0,98
Hipótese Sobre Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Mortalidade Geral ⁽³⁾	AT-2000 Basic	AT-83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Entrada de Aposentadoria	100% na Primeira Data de Elegibilidade ao Benefício	100% na Primeira Data de Elegibilidade ao Benefício

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplica na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizada apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não se aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

A taxa real de juros foi alterada de 6,0% a.a. para 5,5% a.a. para refletir o alinhamento às condições de mercado.

A tábua de mortalidade geral foi alterada de AT-83 desagravada em 10% para a AT-2000 Basic com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento observado na massa de participantes.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior. O método atuarial adotado para a avaliação é o de Capitalização Individual.

17. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2012:

Conta	Valor
Participação no Plano de Gestão Administrativa	70
Participação no Fundo Administrativo do PGA	70

18. RENTABILIDADE NO EXERCÍCIO

Em agosto de 2012, foi implantada a rentabilidade por perfil de investimentos da PreVIP – Sociedade de Previdência Complementar. A Entidade passou a segregar seus investimentos em 4 (quatro) perfis denominados *Superconservador*, *Conservador*, *Moderado* e *Agressivo* permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2012, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Data	Perfil	Valor da Quota <i>(ativo líquido contábil dividido pelo total de quotas)</i>	Rentabilidade no Período (%)
Exercício de 2012	Superconservador	16,45245587	13,50%
Exercício de 2012	Conservador	17,04210171	17,57%
Exercício de 2012	Moderado	17,10905549	18,03%
Exercício de 2012	Agressivo	17,21455212	18,76%

Até Julho de 2012 a cota do Plano PreVIP era única para todos os participantes.

19. RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

■ Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

■ PIS E COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme Anexo III da Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

20. FATOS RELEVANTES

■ Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011

Esta Resolução, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e revoga a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Resolução CNPC nº 1, de 3 de março de 2011.

Além disso, de acordo com a referida Resolução, fica a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC autorizada a editar instruções complementares para a fiel execução do disposto nesta Resolução, inclusive estabelecer procedimentos contábeis específicos das EFPC, alterar, incluir e excluir rubricas da planificação contábil padrão, e disciplinar a forma, o meio e a periodicidade para envio das Demonstrações Contábeis.

■ Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012 e Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012

Em 23 de janeiro de 2013 foram publicadas no Diário Oficial da União as Resoluções MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e nº 10, de 19 de dezembro de 2012 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. A Resolução MPS/CNPC nº 09 altera a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar quanto a:

- (i) adequação da tábua biométrica;
- (ii) taxa máxima real de juros a ser reduzida, progressivamente, em 0,25% até 2018.

A Resolução MPS/CNPC nº 10, altera a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar e determina:

- (i) tábua biométrica;
- (ii) taxa máxima real de juros correspondente aos tetos estabelecidos no item 4, do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, reduzida em um ponto percentual, para cada um dos respectivos exercícios.

Essas Resoluções entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

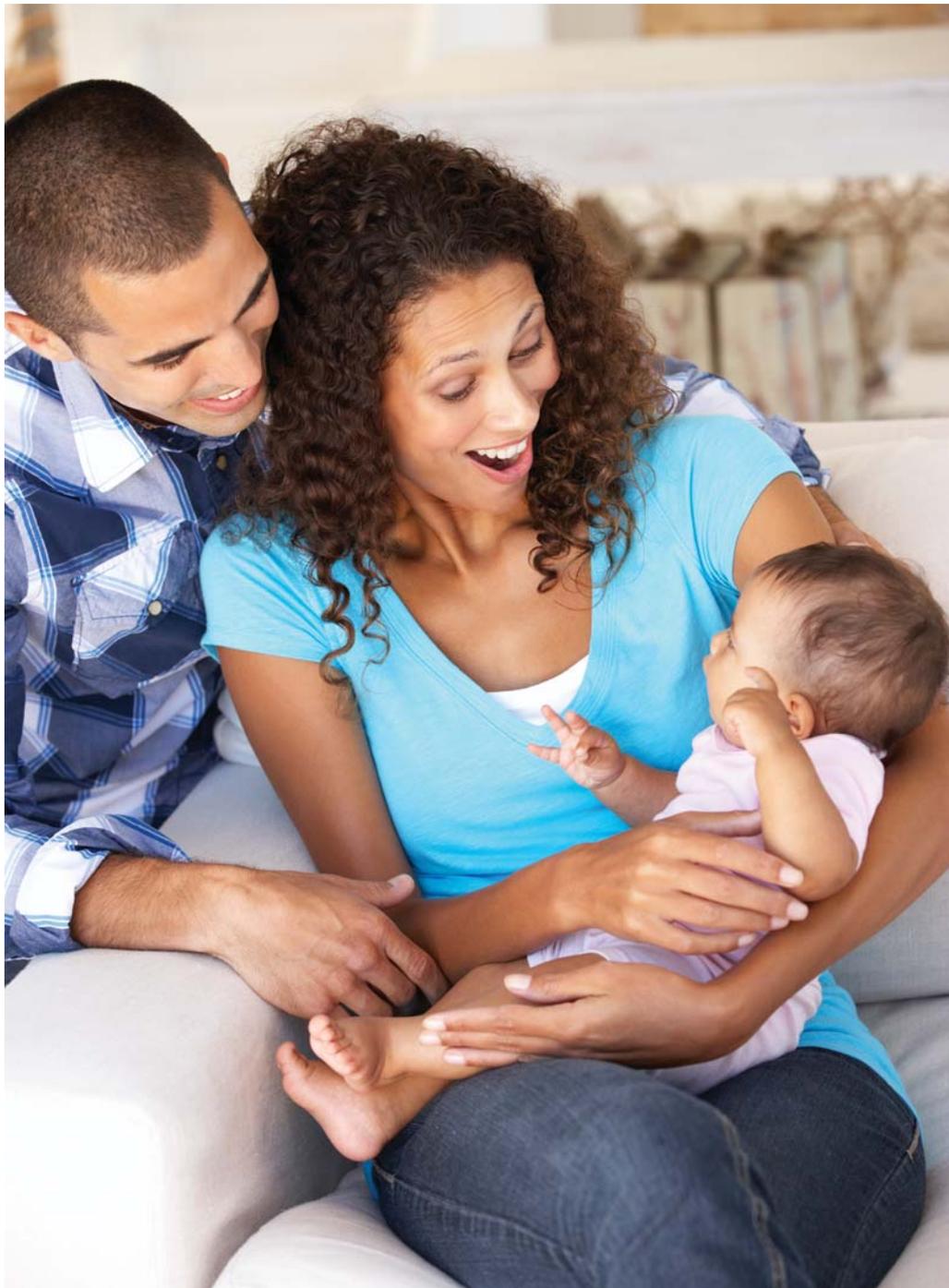
Edgard Rodrigues
Diretor Superintendente
CPF: 060.203.048-09

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CPF: 146.736.948-99 / CRC: 1SP206004/0-6

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, mantido pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2012.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a com posição das Provisões Matemáticas em 31/12/2012 é a apresentada no quadro a seguir. O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e no valor do Patrimônio Social fornecido pela PrevIP, posicionado em 31/12/2012.



	Valores em R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL	194.866.300,76
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	194.399.691,01
PROVISÕES MATEMÁTICAS	182.812.110,99
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	53.516.588,43
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	6.016.876,43
SALDO DE CONTA DOS ASSISTIDOS	6.016.876,43
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	47.499.712,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	45.231.290,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	2.268.422,00
BENEFÍCIOS A CONCEDER	129.295.522,56
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	115.495.657,56
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	63.502.206,25
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	51.993.451,31
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	13.799.865,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	13.799.865,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	-
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
(-) SERVIÇO PASSADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-
(-) PATROCINADOR(ES)	-
(-) PARTICIPANTES	-
(-) ASSISTIDOS	-
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-
(+/-) PATROCINADOR(ES)	-
(+/-) PARTICIPANTES	-
(+/-) ASSISTIDOS	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	11.587.580,02
RESULTADOS REALIZADOS	11.587.580,02
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	11.587.580,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.587.580,02
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS	466.609,75
FUNDOS PREVIDENCIAIS	396.223,01
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	396.223,01
REVISÃO DE PLANO	-
OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	70.386,74
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PrevIP vigente em 31/12/2012, Plano este que se encontra em manutenção. Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte (decorrente de benefício proporcional diferido) foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Em relação ao resultado superavitário, o mesmo se manteve num patamar próximo ao registrado no exercício anterior, indicando a não ocorrência de ganhos ou perdas significativos. O superávit identificado foi registrado na Reserva de Contingência, conforme disposto no artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

	2012
Taxa real de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾ e ⁽²⁾	1,5%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários e benefícios) ⁽²⁾	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁴⁾	Não Aplicável
Entrada em Aposentadoria	100% na Primeira Data de Elegibilidade ao Benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

Observações:

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizadas apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

A taxa real de juros foi alterada de 6,0% a.a. para 5,5% a.a.

O método atuarial adotado para a avaliação atuarial é o de Capitalização Individual.

A tábua de mortalidade geral foi alterada de AT-83 desagravada em 10% para a AT-2000 Basic com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento observado na massa de participantes.

De acordo com o previsto no item 1.2 da Resolução nº 18 do CGPC, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano PrevIP encontram-se arquivadas na PrevIP à disposição da PREVIC.

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2013

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

■ Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuição de acordo com o item 7.2.1 (Normal) do Regulamento do Plano, que equivale à taxa média estimada em 3,85% da folha de salário de participação do Plano. A contribuição normal será efetuada 13 vezes ao ano.

Adicionalmente as Patrocinadoras deverão efetuar contribuição para cobertura das despesas administrativas do Plano equivalente à taxa de 0,65% da folha de salário de participação do Plano.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 4,50% da folha de salário de participação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa. Esclarecemos que, de acordo com o item 6.6 do Regulamento do Plano, a subconta Reversão de Saldo por Exigência Complementar do Fundo Previdencial foi constituída com as contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo tem a finalidade de maximizar a segurança dos benefícios previstos no Plano, podendo ser utilizado pela Patrocinadora para financiar contribuições devidas no exercício de 2013, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

■ Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 (Básica), 7.1.2 (Voluntária Periódica) e 7.1.3 (Voluntária Esporádica) do Regulamento do Plano, sendo que a contribuição básica equivale à taxa média de 3,06% do salário de participação.

■ Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas pelo seu nome e em nome da Patrocinadora, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

■ Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP). Ressaltamos que durante o ano de 2013, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha do Salário de Participação. O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/03/2013.

■ Conclusão

Certificamos que o Plano da PrevIP está superavitário, porém o valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas é inferior a 25% do total das Provisões Matemáticas dos Benefícios Definidos. Portanto, não foi necessário constituir na Reserva Especial para Revisão de Plano.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2013.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Valéria Cerqueira Pimentel
M.I.B.A. nº 812

Letícia Wieser da Rosa
M.I.B.A. nº 2.266

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
*Diretores, Participantes e Patrocinadores da
PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar*

Examinamos as demonstrações contábeis da PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjuntos.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

São Paulo, 25 de março de 2013
KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Carlos Omar Adbo
Contador CRC 1SP205629/O-3

Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 26 de Março do ano de 2013, às 14:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

- a)** Resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2012, e plano de custeio para o exercício de 2013;
- b)** Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compostas de Balanços Patrimoniais, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações das Obrigações Atuariais do Plano e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 26 de Março do ano de 2013, às 10:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações, permanecerão arquivados na entidade.



Conselho Deliberativo

Jean-Michel Ribieras

Armando Santiago

Raul Guaragna

Conselho Fiscal

Hector Sandoval

Denis Teixeira

Luciana Huneke

Diretoria Executiva

Edgard Rodrigues

Leandro Leme

Luis Fernando da Silva

Marcio Bertoldo

Renato Batalha

Suzana Kaneco

Administração

Silvana Brunheroto

Claudinei Oliveira

Rita Lucas



Rod. SP 340 | Km 171
Mogi Guaçu - SP | Brasil

19 3861 8201

19 3861 8292

19 3861 8722

www.previp.com.br